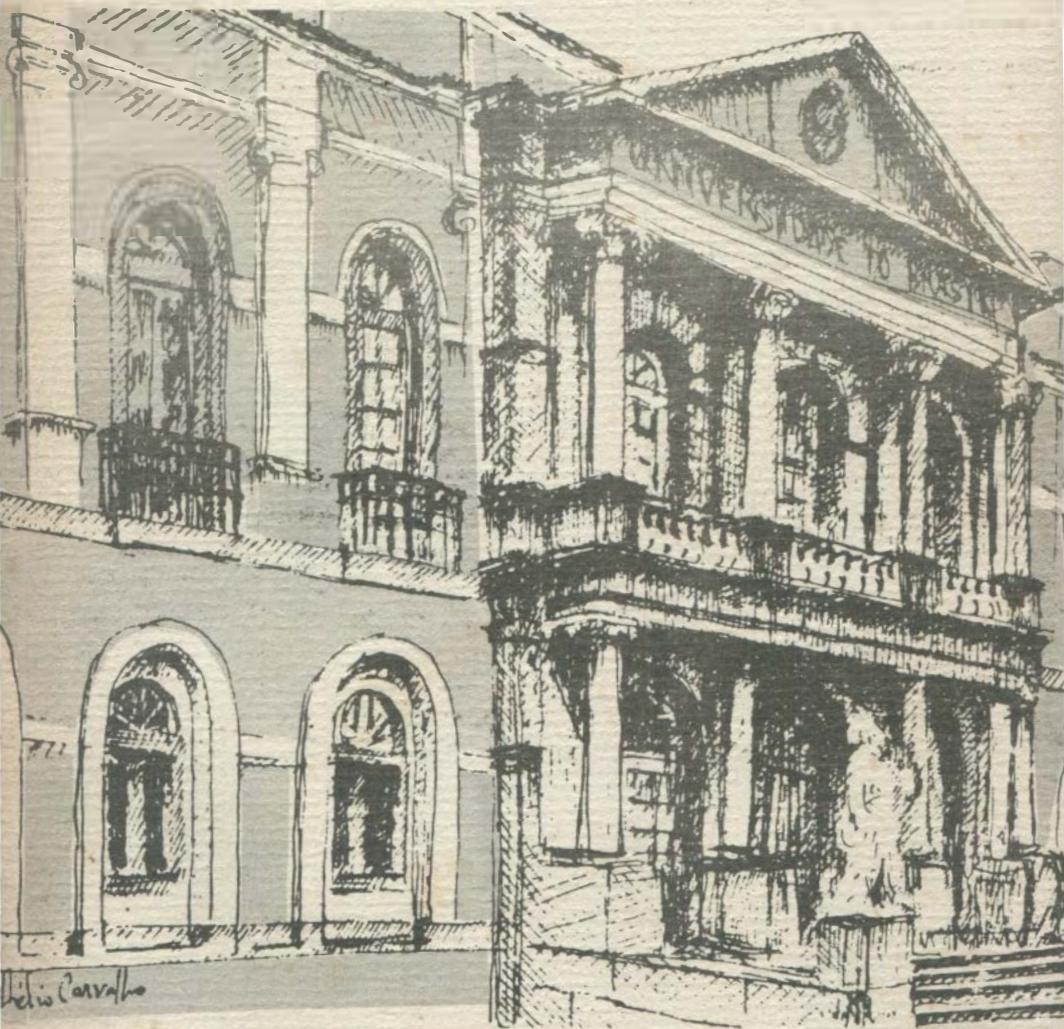


BOLETIM DE CONJUNTURA

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME - **8** Nº **4** MÊS - **DEZEMBRO** ANO - **1988**



UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EDITORIAL

O MENOR DOS MALES

A economia brasileira se encontra numa situação em que um passo em falso da política econômica, um choque externo, ou, na ausência destes incidentes, a mera exacerbação (sem grandes estímulos) das expectativas pode romper a tênue barreira que a separa da hiperinflação. As opções que (talvez) restam são difíceis e, sobretudo nos seus primeiros momentos, carregadas de incertezas. Vejamos sumariamente que tentativas ainda podem ser feitas para evitar o "buraco negro" da explosão do sistema de preços.

Preliminarmente convém, no entanto, deixar claro, um ponto que nem sempre tem sido devidamente precisado. Para os que crêem que a inflação decorre da dívida externa, emana do chamado conflito distributivo, ou de uma combinação de ambos, estamos condenados à hiperinflação. E isto por um irretorquível raciocínio que pode ser assim enunciado. Não se pode esperar do governo que aí está, seja a alteração a fundo dos termos em que a dívida externa foi renegociada (o grande trunfo exibido por Mailson até dois a três meses atrás), seja a mudança do perfil da distribuição de renda. Por outro lado, em não sendo frontalmente atacada, a inflação deverá, em decorrência das razões acima apontadas, explodir antes do início de um novo Governo.

Suponhamos no entanto que - como crê o corpo editorial deste Boletim - a inflação não seja presentemente acionada (direta ou indiretamente) pela dívida externa, e nem tão pouco pelo conflito distributivo - o que não implica em negar a contribuição dada no passado pela dívida externa ao processo inflacionário, ou em afirmar que os brasileiros estão satisfeitos com a aberrante distribuição de rendas que singulariza o país. Em tal caso existe a possibilidade de se tentar sair do plano inclinado pelo qual estamos deslizando em direção a hiperinflação. Quais seriam, então, as opções?

Gradualismo versus Choque

Esta é sem dúvida uma discussão recorrente ao longo dos últimos anos. A derrota sofrida pelo gradualismo em 1988, os níveis já alcançados pela inflação e, por último mas também importante, a proximidade das eleições presidenciais, parecem haver desgastado irremediavelmente a idéia de baixar passo a passo o processo inflacionário. Restaria talvez discutir a hipótese de um "híbrido" com grandes reduções a cada lance. No caso, cada etapa teria de ser cercada por medidas adequadas de política econômica, e, a cada lance, haveria de seguir-se uma pausa para consolidação dos avanços - tudo isto devendo, idealmente, ser referendado por acordos. É fácil imaginar no entanto, que esta complexíssima operação requereria tanta competência, tanta firmeza, e tal dose de sorte (já que um mero acidente poderia a qualquer momento comprometer todas as conquistas) que mais valeria tentar algo menos improvável - e mais ambicioso.

Ortodoxia versus Política de Rendas

O flerte com a ortodoxia - em plena moda nos primeiros meses do ano - durou pouco. Explica-se: a presença de mecanismos de realimentação (e portanto resistência) inflacionária é patentemente clara. Quando mais não seja, porque a URP (o mais visível e, no entanto, um dos mais amenos mecanismos de realimentação) aí está, e não irá pura e simplesmente desaparecer. Há pois que coordenar a transição para um outro regime de determinação de preços e salários. A maneira mais simples de tentá-lo consiste na introdução de "mega-sinais", politicamente definidos - de preferência num âmbito em que estejam representados as diferentes forças sociais - e destinados a balizar a nova situação. Aqui, porém, deparamo-nos com uma nova escolha.

Âncoras Nominais versus Congelamento

Até muito recentemente só se fazia referência a congelamento de preços, quando se pretendia levar uma proposta à execração pública. Dentre as críticas que imediatamente vinham à tona ao se mencionar a hipótese do congelamento convém destacar:

- trata-se de uma tentativa de substituição dos mecanismos de mercado;
- diferentes setores e empresas seriam sempre apanhados no "contrapé", o que por si só condenaria ao fracasso a tentativa;

- o governo não teria capacidade de assegurar o respeito ao congelamento, o qual, por conseguinte, seria rapidamente desmoralizado;
- os empresários em geral, e os banqueiros em particular, estariam a priori contra o congelamento; o que por si só bastaria para inviabilizá-lo;
- como, por fim, sair do congelamento, sem ressuscitar expectativas desordenadas de alta de preços?

Além de tudo isto, a um nível mais técnico, a opção congelamento requer o enfrentamento de dificuldade como: passar pelo pico ou pela média? Como por fim tratar dos contratos pré-fixados? Como evitar que a inflação no período imediatamente anterior ao congelamento acarrete cobranças (de inflação passada) capazes de reintroduzir pressões inflacionárias e/ou promover redistribuições de renda e riqueza que não façam parte das intenções do programa?

A lista de problemas é sem dúvida intimidante. Daí, talvez, a atração de muitos pelas chamadas "âncoras nominais", ou seja, pela imobilização de uns poucos preços-chave (salários, tarifas públicas, possivelmente câmbio), permanecendo os demais em regime de mercado. Ficam com isto em princípio eliminadas algumas das dificuldades anteriormente apontadas: não haveria o problema dos preços defasados; não haveria necessidade de "tablita" para revisão de contratos; e, claro, a (duvidosa) capacidade de sustentar um efetivo congelamento de preços não seria posto à prova. A estas inegáveis vantagens contrapõem-se no entanto enormes problemas. Assim, desde o primeiro momento ficam apontados os perdedores que, obviamente, maximizarão sua resistência ao plano. Numa palavra, salários congelados, câmbio congelado e preços livres (por exemplo) serão de imediato entendidos (e respondidos) como arrocho salarial e defasagem cambial (capaz de rapidamente por em cheque o setor mais dinâmico da economia, ao qual caberiam imprescindíveis funções na eventual retomada do crescimento). Além disto, tornadas patentes (e/ou politicamente insustentáveis) quaisquer defasagens, como levantar âncoras sem introduzir distúrbios capazes de anular todos os esforços? A única possibilidade de evitar distorções deste tipo consistiria em cercar o programa de duríssimas políticas fiscais e monetárias. Neste caso, porém, porque não partir para o congelamento geral, amenizando - mas não anulando os rigores das políticas macro-econômicas? Afinal, ainda que longe de perfeito, o congelamento pode dar um importante reforço na transição para um quadro próximo à estabilidade. Sobretudo se for concebido como expe-

4
diente visando à coordenação inicial de decisões, previsto para um breve período (digamos, 90 dias), e capaz de contemplar umas poucas exceções (devidamente apreciadas por uma comissão composta de representantes dos trabalhadores, das empresas, e do Governo).

O Menor dos Males

O balanço das opções aqui sumariamente realizado deixa claro a nossa convicção de que um choque heterodoxo com congelamento de preços deve ser tentado. As diversas dificuldades apontadas têm de ser tomadas em conta, e enfrentadas à luz dos conhecimentos acumulados em experiências anteriores.

Além disto, e sobretudo, deve ficar claro para todos que estamos provavelmente diante da última tentativa de evitar a hiperinflação. Caso nada seja feito, ou fracasse a nova política, os preços entrarão em ritmo explosivo de alta, levando o sistema econômico e social a terríveis provas. Deve ser ainda dito, que a hiperinflação pode não vir a ser um desastre irreparável. Mas deve ficar claro que no seu (breve) curso diversos segmentos da sociedade, bem como numerosas empresas, serão brutalmente prejudicados. E isto sem que a escolha das vítimas respeite quaisquer princípios humanitários ou políticos; ou, no caso das empresas, tenha em conta as suas condições para operar e crescer em condições de normalidade.

TABELA I

INDICADORES MACROECONÔMICOS

Item	Produção Industrial	Saldo da Balança Comercial	Vendas no Comércio Varej/SP	INPC	IPC	IPC-Fipe	IGP-DI
Meses	(1)	(2) (3)	(4)	(5)	(5)	(5)	(5)
Mar/86	3.53	1136	100.00	-1.31		0.97	0.82
Abr	20.71	1292	111.01	0.43	0.78	2.31	-0.58
Mai	11.05	1340	110.11	1.08	1.40	1.92	0.32
Jun	13.62	1072	109.97	0.97	1.27	0.96	0.52
Jul	11.33	1008	111.51	0.84	1.19	1.07	0.64
Ago	8.38	950	102.31	1.12	1.68	1.88	1.33
Set	15.35	540	109.05	1.19	1.72	1.43	1.10
Out	10.23	-79	110.14	1.43	1.90	3.08	1.38
Nov	7.90	-35	103.68	3.29	3.29	4.43	2.45
Dez	6.66	-215	100.39	7.27	7.27	10.30	7.56
Jan/87	5.96	-62	97.78	16.82	16.82	13.75	12.04
Fev	12.29	310	93.18	13.94	13.94	11.28	14.11
Mar	13.94	289	81.59	14.40	14.40	13.48	15.00
Abr	8.43	488	81.90	20.96	29.96	16.55	20.08
Mai	5.26	996	79.82	23.21	23.21	26.49	27.58
Jun	1.68	1432	72.08	21.44	26.06	26.76	25.87
Jul	-6.38	1421	74.26	10.05	3.05	9.24	9.33
Ago	-4.99	1450	78.02	5.09	6.36	4.45	4.50
Set	-5.01	1537	76.09	7.15	5.68	6.73	8.02
Out	-6.74	1194	76.80	10.88	9.18	10.17	11.15
Nov	-1.85	1039	73.80	14.93	12.84	13.40	14.47
Dez	-3.58	1078	75.99	13.97	14.14	15.92	15.89
Jan/88	-8.68	1033	76.86	18.97	16.51	14.70	19.14
Fev	-8.60	898	80.01	15.81	17.96	13.38	17.65
Mar	-0.09	1228	85.09	18.09	16.01	18.65	18.16
Abr	-7.88	1878	78.64	18.33	19.28	21.17	20.33
Mai	-5.82	1765	76.32	18.24	18.28	16.25	19.51
Jun	1.49	1853	84.28	22.28	19.53	21.70	20.83
Jul	1.88	1877	77.48	23.02	24.04	22.65	21.54
Ago	7.37	2069	78.01	20.63	20.66	19.67	22.89
Set	-1.47	1934	75.29	26.93	24.01	23.60	25.76
Out	-7.99	1588 (6)	70.86	26.69	27.25	28.48	27.58
Nov		1595		28.15	26.92	25.77	27.97

FONTE: IBGE/CIEF/CAEX/Fed. Com. Est. S. Paulo/GAZETA MERCANTIL/FGV.

NOTAS:

- (1) Taxa de crescimento(%) em relação a igual mês do ano anterior.
- (2) Em US\$ milhões FOB.
- (3) Dados retificados pela CAEX.
- (4) Índice dessazonalizado.
- (5) Taxa de crescimento(%) em relação ao mês anterior.
- (6) Dado provisório.

